



PREVISÃO DE REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL - EXECUÇÃO 2016

Base Legal: Emenda Constitucional n.º 25, de 14/02/2000 – Art. 29-A – III modificada pela EC n.º 58, de 23/09/2009

Demonstrativo das Receitas - Previsão de Arrecadação até Dezembro de 2015

Receitas Tributárias	IPTU	66.000.000,00
	IRRF	10.000.000,00
	ITBI	9.000.000,00
	ISS	61.000.000,00
	Taxas	6.000.000,00

Transferências Constitucionais

Art. 159, I, b	FPM	58.000.000,00
Art. 158, II	ITR	0,00
Art. 158, IV	ICMS	259.200.000,00
Art. 158, III	IPVA	41.600.000,00
Art. 159, § 3º	IPI/ex	2.058.000,00
Art. 159, § 4º	CIDE	42.000,00

Total das Receitas Previstas	514.000.000,00
------------------------------	----------------

Art. 29-A, III	5,0%	25.700.000,00
Despesas da Câmara com Inativos		1.900.000,00
Total		27.600.000,00

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, **não poderá ultrapassar** os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês;
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.